



**CURSO DE GESTÃO PÚBLICA
PROJETO INTEGRADOR II**

POLÍTICAS PÚBLICAS IMPACTANTES NA ECONOMIA

SAMAMBAIA – DF
2021

ISABELA ARAÚJO MEDEIROS
KAIO SOUSA EDUARDO
CLAUDIMARA DELGAÇO RIBEIRO

POLÍTICAS PÚBLICAS IMPACTANTES NA ECONOMIA

Projeto apresentado ao Curso Superior de Gestão de Recursos Humanos da Faculdade Cerrado, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à conclusão da disciplina Projeto Integrador II

Profª Orientadora: Maria Alice Melo Nunes

SAMAMBAIA – DF
2021

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas de classe, quero agradecer por todo apoio e pela ajuda, que contribuíram para a realização deste trabalho. Aos meus pais, que me incentivaram e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava á este trabalho.

“Registrar as brechas das políticas públicas é fácil o difícil é o diálogo para a construção das melhores.”
Raphael O. Leme

RESUMO

Entende-se que a função das políticas públicas é promover o bem-estar da sociedade, isso está relacionado a iniciativas e ações bem desenvolvidas e a sua execução em áreas como, por exemplo, educação, saúde, transporte, segurança e justiça, contemplando a vida como um todo. Partindo desse princípio, os governos (municipais, estaduais e federal) se utilizam das políticas públicas, que são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar direitos de cidadania para vários segmentos sociais, culturais, étnicos ou econômicos. E a partir disso, mostrando como os serviços sociais e políticas públicas são essenciais para o bem-estar e inclusão social das famílias vulneráveis e a população como um todo. Durante a pandemia, que ainda se estende até o momento atual, foi criado o programa “Auxílio Emergencial”, com o intuito de beneficiar financeiramente os trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, com o objetivo de fornecer proteção emergencial no período da crise causada pelo coronavírus. Com a crise sanitária, atualmente os riscos socioeconômicos e vulnerabilidades foram criticamente ampliados, deixando ainda mais evidente o quanto esses serviços tem um papel fundamental na redução das desigualdades e para superação da crise econômica que se estenderá após a pandemia. Essa é a questão que precisará estar em pauta evidente nos próximos debates públicos das gestões locais e dos governos, a maior necessidade de novas políticas públicas exigirá do governo uma maior preparação e estruturação de serviços públicos de qualidade como uma importante ferramenta para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Observando as dificuldades que as pessoas enfrentaram nos últimos tempos por falta de políticas públicas que atendiam as necessidades do momento, o objetivo geral deste projeto é compreender as consequências e impactos socioeconômicos que isso acarretou e a falta de novas políticas públicas. Bem como identificar medidas que poderiam sanar esse problema. A coleta de dados foi feita por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa online e questionário. A análise dos resultados indicou que a melhor medida a ser adotada seria a reforma tributária, abrindo espaço para que o governo implementasse novas políticas públicas para atender todos os grupos sociais de forma mais igualitária.

Palavras-chave: Políticas públicas ; Auxílio emergencial; Crise sanitária.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE- Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística

MEI- Micro Empreendedor Individual

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 O papel das Políticas públicas	15
2.2 Impactos negativos na economia	15
2.3 Entrave na implementação de novas políticas públicas	16
3. METODOLOGIA	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20
APÊNDICE 1 – Questionário.....	21

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas são uma resposta às necessidades do coletivo, com o principal objetivo, que é o bem-comum e a diminuição das desigualdades sociais. Esses programas e ações precisam ser bem estruturados para que sejam funcionais e tornem possível a organização do projeto. Dito isso, o ciclo das políticas públicas é um modelo para compreender em que pé se encontra o país e o que pode ser feito por ele. A primeira fase no ciclo das políticas públicas é a formação da agenda: para a elaboração de uma política, é preciso decidir o que é prioridade para o poder público. São analisados nessa fase: a existência de dados que mostram a condição de determinada situação, a emergência e os recursos disponíveis.

Na segunda fase do ciclo são formuladas as políticas: nessa fase são apresentadas soluções e alternativas, são definidos os objetivos da política e os programas e ações que podem ser implantados, nesta etapa os atores criam suas próprias propostas e planos e as defendem individualmente. A terceira fase do ciclo é caracterizada pela tomada de decisões: após avaliar criteriosamente as alternativas, nesta fase é escolhido o curso de ação que será adotado e prazo temporal da ação. A quarta fase e mais desafiadora é a implementação da política: neste momento o curso de ação sai do papel e é colocado em prática, são direcionados recursos financeiros, tecnológicos e materiais para executar a política, esperando-se obter êxito. A quinta fase é a avaliação: talvez sendo uma das mais importantes etapas do ciclo, ela se torna um elemento crucial para as políticas públicas. Na verdade, ela deve ser realizada em todos os ciclos, contribuindo para o sucesso da ação. Torna-se uma fonte de aprendizado para a produção de melhores resultados futuros, nela controla-se e supervisiona-se a realização prática da política, possibilitando a correção de possíveis falhas. Dependendo do nível de êxito da política, o poder público pode decidir entre reiniciar o ciclo das políticas públicas com as devidas alterações necessárias ou manter o projeto e continuar a executá-lo.

À uma afirmação de Lowi (1964) de que “a política pública cria a política”, com isso, entende-se que as políticas públicas são emergidas de longos processos de disputas em arenas decisórias. Considerando que as políticas públicas vão além de simples decisões governamentais, sendo também decisões e ações de outros atores, sendo influenciadas por ideologias, interesses e necessidades de vários atores, sejam eles informais ou formais, quando falamos sobre políticas públicas nós falamos sobre um todo.

Um tema recorrente no Brasil nos últimos anos tem sido as políticas públicas e os problemas inerentes a sua implementação. A implementação, uma das fases do ciclo de políticas públicas no Brasil, consiste em transformar intenções gerais em ações e resultados, tornando-se um desafio diante da complexidade do processo de implementação de políticas públicas atual.

A atual situação de pandemia tem exigido respostas do governo, mundialmente falando. Algumas efetivas enquanto outras desastrosas. Com tudo, ainda será necessário algum tempo para que seja analisado com calma o que funcionou bem e o que agravou-se em questão as políticas públicas. Algumas conclusões, mesmo que ainda parciais, de alguns estudos relevantes que já foram feitos até aqui, não nos deixam escolher a não ser perceber o peso que a política exerceu no que se refere aos reflexos do sucesso ou fracasso na contenção da pandemia, principalmente na saúde e na economia.

Ao parar para analisar a experiência brasileira, é possível enxergar o despreparo evidente, a falta de um diagnóstico preciso dos problemas em questão e de suas causas, a ausência de objetivos claros em meio a precariedade que instalou-se no país e a falta de análise e diálogo com

outras políticas públicas já existentes e exitosas em andamento como, por exemplo, as políticas de vacinação e atuação de agentes comunitários de saúde. Tudo indica uma série de ações desarticuladas e isoladas, não de uma política devidamente elaborada, formulada, implementada e analisada.

Tem-se como objetivo geral tentar compreender as consequências que essas ações trouxeram para sociedade, principalmente para os grupos em vulnerabilidade social, em relação a economia e a falta de implementação de novas políticas públicas diante do cenário em que o mesmo se faz necessário. Dito isso, segundo o levantamento feito pelo IBGE o “*Brasil encerrou o nono mês do ano com um contingente de 13,5 milhões de desempregados, cerca de 3,4 milhões a mais que o registrado em maio. Isso representa uma alta de 33,1% no período*”. Além disso, o índice de pobreza no Brasil aumentou consideravelmente após tantos desempregos, e a inflação elevada agrava ainda mais o problema, diminuindo o poder de compra da população do Brasil, que está de volta ao mapa da fome.

É importante destacar o fato de que foi concedido aos municípios o *status* de ente federativo, e que o Brasil é uma das poucas federações a fazer isso, nisso se abre um leque de novas possibilidades mas também de entraves na implementação de novas políticas. Um exemplo claro é a dificuldade enfrentada na coordenação pela má distribuição de recursos. Por conta da baixa arrecadação e de repasses insuficientes, temos um conseqüente orçamento frágil para diversos municípios, e estes não conseguem suprir a alta e crescente demanda de novas políticas públicas, o que acarretou em uma serie de desastres durante a pandemia.

Observando esses importantes acontecimentos, surgiu-se a necessidade de compreendê-los e levando em consideração a importância de que esses assuntos sejam colocados em pauta para que todos possam compreender as políticas públicas e como funciona todo o sistema que as abrange, foi escolhido o tema da pesquisa, espera-se poder, também, selecionar medidas que poderiam sanar tais problemas abordados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado em três tópicos, a saber: o papel das políticas públicas; impactos negativos na economia; entraves na implementação de novas políticas públicas.

2.1 O papel das políticas públicas

O papel das políticas para com a sociedade é exclusivamente garantir cidadania e o bem-estar coletivo, e estudar políticas públicas pode ser considerado o meio para se apontar questionamentos mais sérios a respeito dos sistemas que as constituem. E para iniciar essa parte teórica da pesquisa, apresenta-se o conceito proposto por Leonardo Secchi (2014, pg. 1), sobre a definição de políticas públicas:

“Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (pg. 1).

Basicamente a partir dessa distinção, Secchi define política pública como uma diretriz para a resolução de um problema público. Ressalta que qualquer definição levantada para a conceitualização sobre o que é uma política pública pode ser arbitrária, já que alguns pontos como exclusividade dos atores estatais na elaboração das políticas, referência à omissão ou negligência. O autor enfatiza em seu livro, a definição de políticas públicas a noção de problema público, ele diz:

“ Para que um problema seja considerado ‘público’, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas” (pg, 07)

Considerando ainda que para que um problema seja considerado público, os atores políticos devem considerá-lo um problema relevante de interesse geral.

2.2 Impactos negativos na economia

Não é surpresa que a falta de novas políticas públicas no Brasil vem impactado negativamente a economia do país desde antes da pandemia, com a desigualdade e concentração de poder, porém, com a crise sanitária e as inflações que não dão trégua, esse fator vem se agravando cada vez mais. O índice de desemprego do país alcançou 33,1% na taxa de desemprego em setembro de 2021 (dados da pesquisa realizada pelo IBGE), sem falar que o país está de volta ao mapa da fome. Pedro H.G. Ferreira de Souza diz em sua tese, que:

“Os resultados mostram que o Brasil seguiu uma trajetória muito diferente do ‘grande nivelamento’ observado nos países ricos, conjugando estabilidade e mudança de um jeito particular. Embora nossa desigualdade seja alta desde o início do século passado, houve muitas idas e vindas, em geral abruptas, coincidindo com os grandes ciclos políticos do país. A análise desses padrões confirma: a desigualdade realmente é diferente quando vista de cima” (pg. 23)

2.3 Entrave na implementação de novas políticas públicas

Como deferido aqui, foi concedido aos municípios o *status* de ente federativo, e que o Brasil “é uma das poucas federações a fazer isso, nisso se abre um leque de novas possibilidades mas também de entraves na implementação de novas políticas. Um exemplo claro é a dificuldade enfrentada na coordenação pela má distribuição de recursos. Por conta da baixa arrecadação e de repasses insuficientes, temos um consequente orçamento frágil para diversos municípios, e estes não conseguem suprir a alta e crescente demanda de novas políticas públicas, o que acarretou em uma série de desastres durante a pandemia. Em um artigo publicado em 2014, Heloisa Helena diz o seguinte:

“Em resumo, pode-se dizer que as políticas públicas em nosso país carecem de intersetorialidade. Precisamos de um “Brasil sem violência”, um “Brasil com saúde” e, ainda, um “Brasil com educação de qualidade”. Só pra começar.” (2014, artigo)

Em seu artigo, Heloisa explica que para começar, na resolução do problema da desigualdade deveriam ser implementadas políticas públicas mais eficientes voltadas para educação, mas também comenta sobre a má distribuição de recursos para que sejam possíveis a implementação dessas novas políticas. Aponta-se nesta pesquisa que uma das possíveis soluções para a falta de capital para investir nessas novas políticas poderia ser a reforma tributária e a aplicação mais igualitária dessa verba, tendo em vista que o estado teria um novo leque de oportunidades para distribuir aos municípios e novos governos para construir projetos de novas leis que atendem a população em sua demanda atual.

3. METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa utilizou-se a seguinte metodologia:

3.1 TIPO DE PESQUISA

O estudo apresentou característica qualitativa e quantitativa pois: apresentou dados quantitativos sobre as estatísticas e apresenta os números que comprovam os objetivos gerais da pesquisa, enquanto os dados qualitativos permitiram compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas na perspectiva do autor.

O projeto teve como suporte os seguintes tipos de pesquisas:

- a) Pesquisa bibliográfica: levantamento de material necessário para compreensão do assunto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as considerações finais da presente pesquisa, os objetivos intermediários foram alcançados no sentido de responder ao problema final proposto.

Em decorrência das análises realizadas por meio da pesquisa de bibliográficas e sustentadas pelo referencial teórico, é relevante apontar algumas considerações.

Ao que concerne à bibliografia sobre políticas públicas, este trabalho permitiu a compreensão da importância desse tema. Pois cada etapa do ciclo da existência de um sistema que funciona, com seus valores e suas características. Trazer a mudança para esse cenário pode ter consequências positivas ou negativas. Na melhor das hipóteses o governo terá pelo menos a possibilidade de implantar novas políticas públicas necessárias para ajudar a todas as populações, e os objetivos serão alcançados com plenitude.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HELENA, Heloísa. **Artigo entrave nas políticas públicas**. 1. Ed., 2014.

H.G, Pedro, Ferreira de Souza. **Um Historia de Desigualdade**. 1. Ed., *Hucitec editora*, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**, 2ª ED. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

APÊNDICE A – QUESTIONARIO

1) Qual é a sua formação escolar?

Graduação Pós-graduação Mestrado Doutorado
Habilitação Específica: Assessor Parlamentar

2) Qual o seu tempo de serviço na Câmara dos Deputados?

R: Há quatro anos.

3) Qual a importância das políticas públicas para o desenvolvimento econômico?

R: Procuram atender diversos interesses mais por fim atingir o interesse público em comum.

4) Na sua opinião o que fazer para ter um avanço na economia?

R: Fazer levantamentos das necessidades e oportunidade sempre visando a melhoria de sua população e focando na educação